

CDU 719:008(81)

A FAVOR DO BEM CULTURAL

Joaquim de Arruda Falcão

Em 1976, a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional tinha as seguintes características: fundamentava-se na ação quixotesca, quase solitária, do IPHAN. Era centralizada ao nível federal. Voltava-se para a preservação do monumento. Do monumento de pedra e cal. Hoje, em 1981, este cenário é diferente. A atuação solitária de uma instituição foi substituída pela atuação de um sistema de instituições. A centralização federal cede à descentralização estadual e municipal. Procura-se preservar tanto o pedra e cal, quanto os hábitos e fazeres. Tanto a cultura que se consolida no ato-monumento, quanto a que vive do ato-cotidiano de nosso povo. Permita-me pois, ter como tema principal desta exposição, a mudança de cenários que ocorre entre suas duas visitas ao Brasil. Não pretendo falar dos motivos administrativos ou políticos que forjaram tal mudança. Restrinjo-me ao nível conceitual. Meu tema é a evolução conceitual que forja a ação de preservação de nosso patrimônio histórico e artístico. De preservação de nosso bem cultural.

Cada geração é ao mesmo tempo agente e vítima de sua história. De seu espaço e de seu tempo históricos. A primeira maneira de ver esta troca de cená-

1 Este texto baseia-se na conferência pronunciada pelo autor em abril de 1981, quando da visita do Diretor Geral da UNESCO, Sr. M'Bow, a Recife.

rios, é entendê-la como conscientização de uma nova geração de brasileiros que assume sua dupla condição: agente e vítima de sua história. Geração que assume os desafios que em 1981 se colocam a um país de terceiro mundo, como o Brasil. Que necessita proteger sua identidade cultural. Que ao protegê-la, necessita consolidá-la e expandi-la. Melhor. Que necessita protegê-la, consolidá-la e expandi-la a favor de sua independência cultural, e sobretudo econômica.

Esta troca de cenários, simbolizada na passagem do IPHAN para a Fundação Pró-Memória é a resposta de nossa geração a dois desafios principais. O primeiro desafio é resolver o dilema entre a necessidade de consolidar uma única identidade cultural nacional, e a contingência de existirmos em contexto sócio-econômico, geográfico e étnico essencialmente plural. O segundo desafio é resolver o dilema entre a preservação centralizada e descentralizada. Vejamos, um a um, como se apresentam estes desafios.

Resolver o dilema da identidade cultural é exigência de uma preservação cultural consciente de seu tempo. O dilema começa a ser resolvido com uma reflexão sobre o conceito de patrimônio histórico e artístico. Questiona-se o conceito prevalescente. A reflexão crítica contrapõe o conceito de bem cultura, que é muito mais amplo, ao conceito de patrimônio histórico e artístico, que é apenas um de seus limites. A partir desta reflexão crítica algumas constatações ficam evidentes.

Em primeiro lugar, o bem cultural a ser preservado não deve se limitar ao monumento de pedra e cal. Este foi um limite colocado pela contingência histórica. O bem cultural é muito mais amplo. Está presente nos valores, nos hábitos e costumes. Nos fazeres e nos dizeres. Nas tecnologias nacionais, as mais simples e as mais complexas. O bem cultural está presente no ato-monumento, e no ato-cotidiano de um povo.

Em seguida fica claro que o bem a preservar não é exclusivo da cultura de um grupo ou de uma classe social. De uma elite eventualmente dominante. O Sr. A. M'Bow, nos falou da necessidade da UNESCO escapar à visão greco-romana do planeta. Que divide o mundo em um mundo civilizado e um mundo bárbaro. Fica claro, que cumpre afastar de dentro de nosso próprio país esta mesma visão. Que dividiria o Brasil em dois, na cultura civilizada a preservar e na cultura bárbara a esquecer.

Finalmente, fica claro que numa pluralidade de etnias como o Brasil, o bem cultural não é privilégio de uma só etnia: a branca européia. Há que se incorporar com decisão os legados das outras etnias: a negra e a indígena. A preservação dos índios, consistindo por si só, um dos problemas culturais mais importantes da nação.

Em resumo. O dilema da identidade cultural começa a ser resolvido quando instaura-se um processo de reflexão crítica sobre o que é o patrimônio histórico e artístico de uma nação. Esta reflexão nos conduz ao conceito mais amplo de bem cultural. Três constatações são inevitáveis. Nem há que se limitar a preservar apenas o pedra e cal. Nem há que de privilegiar um grupo ou classe social, e excluir as demais. Muito menos há que se reforçar uma etnia em detrimento das outras.

Vejamos agora como se apresenta o dilema da centralização e descentralização.

O dilema da centralização e descentralização começa a ser resolvido quando o situamos em perspectiva histórica. Constatamos que depois de quase vinte anos de centralização em favor do Estado e do federal, qual sístole e diástole, o país chega a era da descentralização. Que se desdobra em dois níveis principais. Do Estado em favor da sociedade civil. Do federal em favor do estadual e do municipal.

Note-se que a descentralização não é mera exigência da eficiência administrativa e operacional. Ela é antes de tudo o substratum da participação autêntica da nação no processo de preservação e consolidação de sua identidade cultural.

Não pretendo com isto dizer que a atuação centralizadora do IPHAN foi incorreta. Não o foi. Foi correta. Foi contingência inevitável da história. Explico-me melhor.

Como homens de terceiro mundo, sabemos das dificuldades em convencer nossos próprios países da importância da preservação de seus patrimônios culturais. Somos tomados em geral por problemas mais imediatos. Dificilmente podemos nos voltar aos problemas de médio e longo prazo como o problema da preservação cultural. Mesmo quando se trata de atuação fundamental para forjar independência econômica. Por isto, o grupo pioneiro de homens que forjou a luta pela preservação de nosso patrimônio histórico e artístico teve como missão primeira educar a nação sobre a importância de seu patrimônio cultural.

Acreditamos como Mário de Andrade que: "Defender nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização". Muita vez, alfabetização de adultos!

A ação pioneira do IPHAN é centralizadora, dentro do Estado e a nível federal em face da inevitabilidade da necessidade de se educar o Estado e a sociedade civil. Alertá-los para a importância da preservação do patrimônio histórico

e artístico e da consolidação de sua identidade cultural. No Nordeste, com homens como Ayrton Carvalho e José Ferrão, esta atuação foi vitoriosa. Legou à nossa geração a consciência da importância de nosso patrimônio cultural.

Em resumo, o dilema da centralização e descentralização, começa a ser resolvido quando depois da centralização, a geração assume a implementação da descentralização. Descentralização comprometida com a livre participação de todos os brasileiros no processo de preservação da identidade cultural. De modo que, preservar cultura seja também praticar democracia.

A descentralização caminha do Estado em favor da sociedade civil. Não cabe ao Estado promover cultura. Cabe-o a sociedade civil. Cabe aos grupos e classes sociais, às comunidades da sociedade civil. Como caminha também do federal em favor do estadual e municipal.

Não se pense no entanto que esta geração, que assume a responsabilidade por mudanças tão radicais, venha com respostas definitivas e acabadas. Não temos estas respostas. Temos a decisão de assumir estes desafios cara a cara. Temos uma estratégia de ação. Estratégia com dois vetores principais. A dialética entre o passado e o futuro. E a dialética entre ação e reflexão. Explico-me melhor.

Por um lado não abandonamos o que foi feito. Ao contrário, valorizamos e interagimos com o que o IPHAN nos lega. A Diretoria Regional do Nordeste, por exemplo, tem hoje a seu encargo mais de 120 monumentos tombados. Três cidades históricas: Olinda, Igarassu e Porto Calvo. O Parque Histórico de Guararapes. Nestes últimos anos formou mais de 120 analistas de arte. Tem um reduzido, mas sério e bem cuidado programa de publicações. Com o apoio do Programa de Cidades Históricas, conduzido por Dr. Henrique Oswald supervisiona a restauração de mais de 30 prédios históricos. Sobretudo tem em seu acervo o reconhecimento do nordestino. Estes homens da Diretoria Regional do Nordeste ganharam a luta. Conscientizaram a região da importância de seu patrimônio histórico e artístico. Patrimônio nordestino, e portanto nacional.

Por outro lado, com este acervo nos voltamos para o futuro. Ao lado da preservação de pedra e cal, procuramos proteger nossos fazeres e nossas tecnologias. A importação inadequada de tecnologias, problemas de terceiro mundo, não é apenas questão de dependência econômica. É também evidência da não utilização econômica dos nossos hábitos e fazeres nacionais. Nossa geração está consciente que a preservação cultural não é ação diletante, iluminada e elitista. Ao contrário. Há que ser ação integrada ao processo econômico. Por isto procuramos conservar, por exemplo, nossa cultura de caju, a cerâmica utilitária de Ama-

ro do Tracunhaem, e a tecnologia dos depósitos de lixos feitos pela recuperação dos pneus.

Por sua vez, a dialética da ação e reflexão nos faz perceber que o perfil definitivo do novo sistema de preservação do bem cultural não pode resultar da onipotência solitária de um projeto tecnocrático. O perfil definitivo há que ser formulado na ação. Com a contribuição da reflexão crítica e corretiva. Reflexão que se fundamenta na participação de todos os grupos e classes sociais. O planejamento fechado e excludente cede passo à participação democrática do federal, do estadual e do municipal, e das comunidades da sociedade civil. O perfil definitivo da preservação e consolidação de nossa identidade cultural há também que ser vítima e agente da democracia.

Permitam-me concluir, com o Adriano de Marguerite Youcernar. Em sua determinação de reconstruir Roma e Atenas, Adriano diz: "Façamos o que fizemos; reconstruímos o monumento sempre à nossa maneira". A maneira de nossa geração é esta: assume e enfrenta cara a cara os desafios de seu tempo e de seu espaço. Aceita os riscos e as responsabilidades da mudança. Aberta e democraticamente.

Mas Adriano diz também: "Já é muito utilizarmos na reconstrução apenas pedras autênticas". As nossas "pedras autênticas", brasileiras, exigem que evitemos a visão greco-romana. Há que se evitar dividir nossa identidade cultural na cultura de brasileiros civilizados a preservar, e na cultura de brasileiros bárbaros a esquecer. Nossas "pedras autênticas" só podem resultar da ação conjunta e solidária. Da participação crítica, democrática e responsável de todos os brasileiros. Sem exclusões de grupos, classes ou etnias. Ação e participação do Estado e da sociedade civil. Contando com certeza com o apoio da UNESCO e a solidariedade do Terceiro Mundo.

